

Questão 47

“E desse modo os respectivos Lordes Espirituais, Temporais e Membros da Câmara dos Comuns (...) declaram:

Que o pretense poder de suspender as leis ou executar as leis por autoridade real sem consentimento do Parlamento é ilegal;

(...)

Que a criação ou manutenção de um exército permanente no reino em tempos de paz, a menos que com o consentimento do Parlamento, é ilegal”.

Traduzido de *English Bill of Rights*, 1689. Disponível em <https://avalon.law.yale.edu/>.

Considerando o texto da lei e o contexto político da Inglaterra ao fim do processo revolucionário no século XVII, é correto afirmar que a Declaração de Direitos de 1689

- (A) suprime todas as prerrogativas do Parlamento.
- (B) dispensa o aval parlamentar para mudar a legislação.
- (C) impõe limites ao poder monárquico.
- (D) impossibilita a criação de um exército.
- (E) estabelece um regime republicano.

RESOLUÇÃO

Em 1689, após o final da Revolução Gloriosa, foi assinada pelo rei Guilherme de Orange a Declaração de Direitos, documento pelo qual o monarca reconhecia que seu poder seria limitado pelo Parlamento, tendo sido responsável, portanto, pela redução do poder monárquico.

ALTERNATIVA C